

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E
CONJUTURA POLÍTICA

Um Periódico do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento Eleitoral"

Ano 2 - N.12
Dezembro de 2010
ISSN: 2176-4883



DOSSIÊ

PARA ONDE PODERÁ IR O BRASIL? OS DESAFIOS DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Cláudio André de Souza
Nilmário Miranda
Marlise Matos

Opinião

Aldo Duran Gil

Resenha

Bruna Braga de Noronha



O QUE SE PODE ESPERAR DE UMA PRESIDÊNCIA E UM GOVERNO NO FEMININO? MAIS MULHERES NO PODER PODEM FAZER DIFERENÇA?

What can we wait of a female government and presidency? More women in power can really make a difference?

Marlise Matos

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

✉ marlise.matos@fafich.ufmg.br

Passados 121 anos da Proclamação da República brasileira, 78 anos da conquista do sufrágio feminino, 35 anos da criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFA) e da criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), 26 anos da experiência do Movimento das *Diretas Já* e 22 anos da promulgação de nossa Constituição que regulamentou, em definitivo, o princípio democrático da igualdade entre os sexos, elegemos, pela primeira vez no país, uma mulher ao cargo máximo da nação: a Presidência da República. Esta eleição pode vir a representar um fenômeno histórico para as mulheres brasileiras e um reforço positivo na conquista de seus direitos (especialmente os políticos) ou, caso vigorem as pressões e os constrangimentos, ser apenas mais uma “novidade” sem grande impacto nas nossas vidas. Eu apostaria na primeira hipótese, mas como não tenho bola de cristal (e se tivesse não saberia usá-la), parece-me necessário expor alguns argumentos que me levam a esta escolha.

Simone de Beauvoir, em 1949, em *O segundo sexo*, disse que “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”. Com a expressão emblemática e histórica para as lutas feministas em boa parte do mundo, a filósofa francesa pretendia expressar uma

ideia básica do feminismo: a de desnaturalização do ser mulher. Deste modo, para Sarti (2004):

[...] o feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura. (SARTI, 2004, p.35).

Mas é preciso afirmar que o campo feminista de gênero é um espaço de lutas em distintas fronteiras que são/estão constantemente disputadas. Tais movimentos em todo mundo e também aqui no Brasil, têm formulado palavras de ordem ou bandeiras – frases que em poucas palavras expressam grandes conteúdos, projetos e propostas do movimento. Essas bandeiras são criadas para servirem de referência às mulheres em todo o globo e algumas atingiram grande popularidade. Entre elas, merecem destaque *O pessoal é político; Democracia em casa e na rua; Diferença sim, desigualdade não*.

Estas bandeiras resgatam idéias-chaves para os movimentos feministas e de mulheres: a importância da esfera privada enquanto espaço privilegiado de dominação e opressão; da construção da democracia em todas as relações sociais e em especial nas relações interpessoais; e o reconhecimento das diferenças sem a experimentação das desigualdades e das assimetrias de poder, valorizando-se a diversidade e a pluralidade sem hierarquias. A opressão das mulheres, portanto, se expressa do mundo privado na direção do espaço público.

Numa comparação com os homens, é sabido que os padrões de socialização aos quais as mulheres estão expostas são claramente diferentes (quando não assimétricos e hierarquizados), assim como são igualmente diferenciadas as suas experiências de vida. Podemos afirmar também que as mulheres tenderiam mais a trazer tais experiências, suas perspectivas e conhecimentos para apoiar as decisões políticas. Embora mudanças importantes tenham ocorrido ao longo das últimas décadas, na maioria dos países, as mulheres ainda arcam com as principais responsabilidades em relação aos cuidados com a família e do domicílio, incluindo marido, crianças e idosos, sendo esta, de modo quase onipresente, uma das principais “experiências” do feminino que as sociedades reconhecem e legitimam. Há pesquisas que confirmam que a participação de mulheres na política (especialmente no âmbito local/municipal)

pode ter impacto sobre os resultados das políticas que visam atender às mulheres e crianças do que tem tido a legislação e as políticas nacionais de cunho mais universalista. Embora haja poucas evidências, especialmente em nosso país, sobre o comportamento e atuação políticos de mulheres governantes, uma série de estudos em países industrializados e em desenvolvimento indicam que elas tendem a dar prioridade a questões sociais especialmente nos governos locais (Relatório UNICEF, “Gênero e Infância”, 2007). Na Noruega, por exemplo, uma das razões mais citadas para o envolvimento de mulheres na política local refere-se às questões da infância, especialmente à carência de espaços para o atendimento à criança pequena. Um estudo norueguês recente, que examinou dados desde 1975, mostra que o número de crianças que recebiam benefícios aumentou durante o primeiro ano em que mulheres constituíram cerca de 30% dos membros de conselhos locais. A constatação mais significativa deste estudo é que a atuação das mulheres em governos locais tem impacto político mais significativo no início de suas carreiras, porque trazem para a agenda política dos parlamentos um conjunto de novas preocupações, tradicionalmente pouco ou nada tratadas.

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, a pesquisa sobre o impacto de mulheres em governos ainda é uma área de investigação completamente nova. As constatações mais abrangentes já disponíveis provêm da Índia, onde um terço das posições de liderança em conselhos locais foi reservado às mulheres, em 1998. Um amplo projeto de pesquisa que examinou o impacto da política de reserva de assentos investigou inicialmente 165 conselhos no estado de Bengala Ocidental. O estudo analisou o nível de provimento de bens públicos em conselhos que tinham políticas de reserva de posições para mulheres em comparação com aqueles que não adotavam essas cotas. A análise constatou que em vilarejos com política de reserva de posições, o investimento em instalações de água limpa foi duas vezes maior do que nos vilarejos sem cotas, e que, como tendência, as condições das estradas eram duas vezes melhores. Além disso, a probabilidade de trabalhos recentes de manutenção nas rodovias principais era 20% maior; novos projetos de biogás – um substituto para a eletricidade e o combustível de cozinha – foram introduzidos em 26% dos vilarejos onde havia políticas de reserva, contra 6% nos vilarejos sem cotas. E, graças a um acompanhamento ativo, o número de visitas de profissionais da saúde foi significativamente maior nos seis meses abrangidos pelo estudo. Essas

melhorias beneficiaram significativamente as mulheres e as meninas, que são as principais responsáveis pela coleta de material combustível e também de água, assim como pela atenção às necessidades de saúde da família, especialmente das crianças.

Por outro lado, no entanto, o simples fato de haver maior um número de mulheres em governos não vai garantir sua eficácia como defensoras dos interesses e direitos das mulheres, das crianças e da família. Além do mais, parece-me claro que as mulheres políticas precisam também ir além disso e trabalhar os demais temas da agenda política, não ficando circunscritas aos nichos temáticos tradicionalmente ocupados pelas mulheres. Focar atenções exclusivamente numa agenda que atenda às mulheres pode ser comprometedor de qualquer mandato. Uma análise realizada na África do Sul sobre problemas e oportunidades envolvendo mulheres em governos locais revelou que, tal como ocorria com suas colegas no parlamento, sua eficácia era determinada, em grande parte, por outros fatores além de sua presença numérica. Estes fatores incluíam normas e expectativas culturais/simbólicas sobre os papéis femininos, as distintas hierarquias estabelecidas, as capacidades e os atributos individuais de conselheiros e, sobretudo, o grau de comprometimento dos partidos políticos com a questão da mulher. Ou seja, as mulheres políticas também têm que enfrentar o gigantesco desafio de desconstruir os lugares socialmente legitimados para seu trabalho como políticas, se deslocando de uma atuação pautada exclusivamente em questões específicas dos grupos vulneráveis. Elas também necessitam demonstrar capacidade de agir politicamente em âmbitos diversos, rompendo com os papéis de gênero tradicionalmente rígidos que se reatualizam nos espaços do trabalho político. Se for verdade que as mulheres políticas podem trazer consigo a sensibilidade e a urgência do enfrentamento das profundas desigualdades sociais que assolam o nosso país, o fato é que isso não é uma decorrência “natural” e seria importante também ir além dessas desigualdades, desessencializando-as e buscando estratégias e alianças múltiplas que possam ter repercussão até mesmo na transformação do espaço político.

Segundo uma análise comparativa de mulheres em governos locais em 13 países no Leste da Ásia, há pelo menos duas maneiras por meio das quais os grupos de mulheres podem tornar-se uma força importante para mudanças políticas em contextos democráticos. Em primeiro lugar, estes grupos frequentemente fornecem apoio a mulheres que foram eleitas para os cargos

políticos. Em segundo lugar, administram seus próprios esforços de defesa em favor da mulher, da criança e da família (mais uma vez). No mundo todo, esses grupos e redes de mulheres dão exemplos de como a mobilização comunitária/municipal pode promover os direitos humanos, portanto também aqueles relacionados aos mais vulneráveis (que, em geral, em todo o mundo tendem a ser mulheres e crianças).

Destaco aqui, pois, que a ausência das mulheres dos espaços decisórios da política institucionalizada no Brasil tem sido um fator determinante da pior qualidade do nosso processo democrático, da qualidade de atenção que é dada às políticas públicas, da qualidade da superação das persistentes desigualdades sociais que assolam o país: todos estes aspectos têm, claramente, um impacto claro das dimensões de gênero, etárias, de raça etc. que temos muitas dificuldades em enxergar. O processo de inserção política das mulheres e mesmo da representação política precisa ser questionado pelo viés de gênero: um jogo político-representativo que se faz - como o de hoje - na quase ausência das mulheres de seu cenário pode ser pensado como um elemento comprometedor de nosso atual estágio de consolidação democrática e também de todo o processo de desenvolvimento do país. Este é um espaço que necessita das contribuições fundamentais das mulheres organizadas.

Parafraseando Beauvoir: “*Não se nasce Presidente da República, torna-se presidente*”. Será também preciso esperar. Como visto, levamos mais de um século de construção do regime democrático brasileiro para conseguir, mesmo com todos os avanços femininos e feministas do período, “tornar” uma mulher presidenta do Brasil. Nós mulheres, contudo, permanecemos completamente ausentes de todos os demais espaços formais da política. E quais modelos serão aqueles perseguidos por nossa presidenta? Um terço do Ministério constituído por mulheres dará alguma tonalidade diferenciada às ações políticas do governo Dilma? Qual a importância de termos “mais mulheres no poder”?

Um primeiro argumento frequentemente utilizado para a defesa da existência de mais mulheres no trabalho político, amplamente utilizado na literatura especializada, é o da utilidade da presença feminina na política para “melhorar os padrões e comportamento político e parlamentar” e até mesmo criar estruturas parlamentares/políticas que sejam mais atentas às questões de gênero (SAWER, 2002). Um segundo argumento, aquele que tem mais a ver com a questão das mudanças simbólicas e culturais, se apoia no fato de que (1) com

maiores porcentagens de representação feminina, o respeito e reconhecimento pela mulher também aumentaria; (2) a instituição política teria mais legitimidade com representantes da comunidade (ou seja, esta seria também uma forma de prevenir exclusão de grupos); (3) a identidade feminina não precisaria estar somente ligada à esfera privada, mas poderia, finalmente, se articular no espaço público e político (SAWER, 2002, p. 6-7).

Há, portanto, muitos esforços teóricos em demarcar a urgência de se expandir a cidadania política e reforçar a contribuição delas nesse processo. Aqui caberia ressaltar aos fortes questionamentos e às onipresentes indagações sobre um governo ou presidência no feminino: é sempre conveniente destacar que para assegurar a questão da igualdade política, não podemos contar e responsabilizar apenas aquelas poucas mulheres que se encontram na arena política. Seria necessário que todos os espaços representativos e parte significativa de seus representantes, e mesmo da sociedade, elegeisse como realmente prioritário e importante as questões de gênero e feministas. Tal sensibilidade não está constituída, mas faz parte de um processo necessariamente mais ampliado de refundação da democracia e da república brasileiras em padrões mais simétricos de representação política e de se obter, de fato, o conseqüente impacto nas políticas públicas do país.

Se, conforme já discuti em outro artigo (Carta Capital, 31 de Outubro de 2010), estamos vivendo um “momento épico” da mulher brasileira, em função da real expansão da identidade e da cidadania femininas, o lugar menor ocupado pela figura da mulher na cena política brasileira tem, em muitos anos, sua primeira chance de ser, de fato, revertido. Dilma eleita presidenta descortina uma nova história da relação das mulheres com a política institucional no Brasil. Uma memorável história que teve início há tempos com os movimentos sufragistas liderados no início do século XX com Bertha Lutz. Entendo que estamos dando, portanto, os nossos primeiros passos na direção daquele que precisa se constituir em um amplo movimento político e social pela paridade e a justiça de gênero na representação – um direito devido às mulheres brasileiras – que certamente ganhará maior profundidade nos próximos anos. E, sem partilhar de nenhuma presunção sobre a “natureza” das mulheres, creio ser possível, sim, dizer que outra será a agenda, outra deverá ser a relação dos temas públicos e privados, outra poderá ser a linguagem da democracia brasileira em formação. Pois é,

finalmente, a figura plena da mulher cidadã política que está tardiamente se formando entre nós.

E isto não porque “naturalmente” as mulheres se ocupam de uma “outra” agenda: os relatos de pesquisas aqui muito brevemente resumidos me fazem crer que, do coração da militância contra a ditadura, do âmago da gestão no âmbito de diferentes esferas do Poder Executivo até a presidência da Casa Civil, forjou-se a sensibilidade e a habilidade desta presidenta. Seu compromisso foi abertamente declarado já em seu discurso inaugural e “honrar as mulheres brasileiras” significa, sem sombra de dúvidas, trilhar os caminhos de uma agenda comprometida com o interesse público em superar as dívidas históricas para com parcelas excluídas da população, entre elas, claro, estão as mulheres brasileiras. Se Dilma apenas perseguisse, em seus quatro anos de mandato, a rota da garantia e efetivação de uma educação e saúde, de fato, de qualidade no país já teria cumprido fundamental tarefa. Mas não há dúvidas que as mulheres brasileiras (especialmente aquelas que participaram ativamente da construção coletiva do II Plano Nacional de Política para as Mulheres, o II PNPM) podem exigir e esperar que cada um dos seis capítulos do PNPM, suas ações e deliberações venham a se tornar uma realidade.

Não será então por conta de uma “essência feminina” que o governo Dilma será diferente daqueles governos masculinos que a precederam: isto se dará em função da perspectiva construída ao longo de uma trajetória de vida onde, entre vencer o torturador e o caluniador, sua vida foi construída a partir de uma sucessão de competências e habilidades que a forjaram mulher para o mundo público e político. A nós, feministas e mulheres, cabe cobrar que a agenda ganhe novos contornos, que a nossa cidadania não levante “suspeições”, mas seja vivida plenamente na direção da renovação da democracia, que será igualmente a nossa própria emancipação.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GUIMARÃES, Juarez; MATOS, Marlise. *Dilma e o momento épico da mulher brasileira*. Revista Carta Capital, 31 de outubro de 2010. <http://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-e-o-momento-epico-da-mulher-brasileira>

O QUE SE PODE ESPERAR DE UMA PRESIDÊNCIA E UM GOVERNO NO FEMININO? MAIS
MULHERES NO PODER PODEM FAZER DIFERENÇA?

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, vol.12, n.2, Florianópolis, Maio/Agosto, 2004.

SAWER, Marian. *Representation of Women in Australia: Meaning and Make Believe. Parliamentary Affairs*, vol.55, n.1, 2001, p.5-18.

RELATÓRIO UNICEF. *Situação mundial da infância* 2007.